



Centro Cultural e de Congressos
28.06.2024



**ORGANIZAÇÃO, UNIDADE E LUTA!
COMBATER A EXPLORAÇÃO! - VALORIZAR OS TRABALHADORES E O DISTRITO!**

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

MANDATO 2020 – 2024



União dos Sindicatos de Aveiro/CGTP-IN
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 173 - 5º Andar 3800-167 Aveiro
Tlf: 234 377 320 - 234 421 870 - usaveiro@cgtpaveiro.org - www.cgtpaveiro.org

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

(Mandato 2020 – 2024)

Nos termos dos Estatutos da União dos Sindicatos de Aveiro/CGTP-IN, a Direcção Distrital apresenta ao 12º Congresso, o Relatório de Actividades do quadriénio 2020-2024.

1 – QUADRO EM QUE DESENVOLVEMOS A ACTIVIDADE

Entre o 11º e o 12º Congressos a resistência e a luta dos trabalhadores e dos povos intensificou-se para combater o aumento da exploração.

Nos dois primeiros anos deste mandato, a acção sindical desenvolveu-se num quadro de pandemia, em que tivemos de enfrentar a cerca sanitária no concelho de Ovar – única no país – e o aproveitamento do capital para desenvolver uma forte campanha para limitar as liberdades, dentro e fora dos locais de trabalho.

Uma sucessão de acontecimentos que obrigou a uma acção tenaz e persistente, de não abdicação de nenhum direito ou dever do movimento sindical de classe, em defesa dos interesses de quem trabalha e trabalhou.

O Governo aplicou um confinamento face ao surto da Covid 19 e foram decretados sucessivos estados de emergência que limitaram direitos e liberdades, com sectores da nossa sociedade a tentarem, por esta via, eliminar o direito de manifestação, como aconteceu com o 1º de Maio de 2020 e toda a infame campanha do capital a propósito das acções desenvolvidas, por direito e por dever, pela CGTP-IN.

Foi, por isso, indispensável e também de extraordinária importância termos assinalado nesse período o 25 de Abril, valorizando e reafirmando as suas conquistas e valores, assim como e a realização da grande jornada de luta do 1º de Maio, que deu voz a milhões de trabalhadores que em Portugal estavam a sofrer as consequências das opções e desequilíbrios das medidas decididas pelo Governo no plano económico e social.

Foi uma poderosa demonstração de força, organização, determinação e disponibilidade para a luta manifestada pelos trabalhadores e pelas suas organizações de classe. Os trabalhadores sabem que ontem, hoje e sempre podem contar com a União e a CGTP-IN para defender os seus direitos e lutar pelas suas reivindicações, independentemente da situação em que se encontrem.

Mesmo sujeito aos condicionalismos da pandemia, a **realização do 11º Congresso da União, no dia 26 de Junho de 2020**, seguido de um cordão humano do Centro Cultural e de Congressos até ao Largo do Rossio, em Aveiro, foi uma forte resposta à tentativa de limitação de direitos constitucionais.

A situação pandémica do Covid-19 expôs, de forma mais clara, as consequências de décadas de política de direita, agravou os défices estruturais – produtivo, energético, tecnológico e de capital – e acentuou a crise estrutural do capitalismo, que responde com o agravamento da exploração, com o ataque generalizado aos direitos dos trabalhadores e dos povos, com o ataque a liberdades e garantias e com a transferência de verbas e apoios para as grandes empresas, acentuando uma maior concentração de riqueza.

Para os Portugueses, vítimas da política de baixos salários, a redução das retribuições por via do *lay-off* e do desemprego, levou a que muitas famílias se vissem confrontadas com crescentes privações, numa situação parcialmente mitigada pela aplicação de moratórias bancárias, mas que não respondeu à questão central da necessidade de aumentar os salários e as pensões de quem trabalha e trabalhou no nosso país. Desde a primeira hora denunciámos e combatemos os cortes dos salários em resultado do regime do *lay-off* simplificado ou não, reivindicação que fruto da nossa acção e luta foi atendida e plasmada neste regime a partir de Janeiro de 2021.

Por outro lado, a precariedade, que se generalizou em resultado das opções dos sucessivos governos PS, PSD e CDS, foi uma vez mais usado pelo patronato para se descartar dos trabalhadores. O governo PS optou por não acautelar integralmente o emprego, deixando os mais desprotegidos e com relações de trabalho mais precárias, à mercê do desemprego e da ganância do patronato.

Ao mesmo tempo, o Governo, que entregou ajudas de milhões de euros a grandes empresas que não só não os deviam ter recebido, como deveriam ter sido chamadas a contribuir de forma mais robusta para o esforço nacional. Assim, tanto em 2020, como nos anos que se seguiram, os grandes grupos económicos e financeiros continuaram a acumular lucros e a distribuir milhões de euros entre os seus accionistas, provando a falsidade da tese então muito difundida de que “estamos todos no mesmo barco”.

Apesar do desinvestimento crónico e ataque às Funções Sociais do Estado, a pandemia revelou a importância e o papel determinante do Estado, seja no âmbito da protecção civil e de todos os organismos que a compõem, seja nos transportes, na educação e, sobretudo, neste contexto o Serviço Nacional de Saúde (SNS). A resposta do sector público em particular do SNS e o papel central dos seus trabalhadores, foi essencial para responder à situação, num momento em que os agentes privados da saúde procuraram fazer negócio e encerraram serviços.

Em simultâneo com a resposta pública, milhões de trabalhadores continuaram a trabalhar e a garantir a produção e fornecimento de serviços e bens essenciais à população, muitas vezes sem estarem garantidas as condições mínimas para trabalhar, seja por falta de equipamentos de protecção individual dos que se mantiveram em trabalho presencial, seja na transformação das casas de cada um numa extensão das empresas com o teletrabalho.

O governo PS e o Presidente da República, com o pretexto da pandemia, recorreram a sucessivos “estados de emergência” que criaram problemas de banalização da limitação das liberdades individuais e colectivas, contribuindo para a intensificação dos ataques reaccionários que visaram promover um ajuste de contas com os valores e conquistas de Abril, nomeadamente pela mão de PSD, CDS, Iniciativa Liberal e Chega, quando aquilo que se justificava era o reforço, de forma permanente, do SNS para responder eficazmente.

1.1 – No plano político Internacional

Desde o último Congresso a situação internacional ficou mais tensa, complexa e perigosa. A economia sentiu os efeitos da pandemia, com uma queda no produto mundial em 2020, seguindo-se uma ligeira recuperação a partir de 2021. Ainda assim, à semelhança do que vem acontecendo, o crescimento económico não foi linear. Na China e na Índia o crescimento foi superior aos 4% em média anual, enquanto que na UE e nos EUA foi de, respectivamente, 0,8% e 1,6% entre 2020 e 2023.

Esta tendência em que, principalmente a China, põe em causa a hegemonia dos EUA em cada vez mais áreas e sectores, expondo também de forma ainda mais visível a crise estrutural do capitalismo, tem conduzido a uma resposta cada vez mais “musculada” do imperialismo, seja no plano económico, seja mesmo no plano da militarização e belicismo, através da NATO e de outras organizações, como fica patente no apoio à Ucrânia e a Israel, mas também em África, na Síria e na América Latina, forçando milhares de seres humanos a ter de fugir da destruição, da guerra e da miséria, em condições que continuam a ser inaceitáveis, nomeadamente ao nível das barreiras colocadas no acolhimento.

O cerco económico e militar, as sanções e a guerra, o rompimento de algumas cadeias de abastecimento e a especulação dos grandes grupos monopolistas, a que se juntou política dos principais Bancos Centrais ao nível da política monetária, trouxe de volta a inflação aos países capitalistas, nomeadamente aos do continente Europeu e Americano e, com ela, o aproveitamento para aumentar a exploração e a apropriação por parte do grande capital de uma parte crescente da riqueza produzida.

É neste contexto que 700 milhões de pessoas vive com menos de 2,15USD por dia e o desemprego atinge estimadamente 208 milhões de pessoas. Segundo um novo indicador da OIT que contabiliza o número de pessoas que quer trabalhar, mas não encontra emprego, estima-se que, em 2022, seriam 473 milhões de trabalhadores nesta situação, mais 33 milhões que em 2019. Ao mesmo tempo, os mais ricos (1% da população mundial) acumula mais do dobro da riqueza que 6,9 mil milhões de seres humanos.

A resistência, a acção dos trabalhadores e dos povos, a luta pelos direitos que em todo o mundo, com diferentes graus e objectivos, se desenvolve, confirma que em tempos de incerteza e ataque, a acção organizada pode potenciar avanços e condicionar e travar a intensificação da exploração.

Por outro lado, também, na Europa se sentem os efeitos da crise do sistema e a ofensiva ideológica que lhe está associada foi (e continua a ser) terreno fértil para o crescimento da extrema-direita em diferentes países, como força aglutinadora do descontentamento e ferramenta do capital para manter e aprofundar as condições que lhe permitem a brutal centralização da riqueza.

Na resposta à pandemia da Covid-19 foram crescentes as contradições da UE e as divisões que ficaram patentes, bem como a crescente dependência em relação aos EUA, seja ao nível da energia, seja no plano da submissão aos interesses do grande capital que tem na NATO o braço armado que os defende e impõe. As grandes potências capitalistas europeias, com destaque para a Alemanha, ao mesmo tempo que procuram afirmar a UE como um bloco imperialista sob o seu domínio, alinham com a perigosa estratégia dos EUA de cerco à Rússia e à China.

A resposta da UE à situação pandémica revelou as debilidades causadas pela alienação da política monetária e os constrangimentos a nível orçamental em muitos dos países com situação económica mais frágil. Por outro lado, o descrédito da UE foi agravado com a submissão da UE aos lucros dos grandes grupos económicos na questão da vacinação, com milhares de milhões de euros a serem entregues às farmacêuticas para o desenvolvimento da investigação que conduziu a uma impressionante demonstração do poder da ciência a esbarrar na falta de planeamento e capacitação para a produção das vacinas.

As sucessivas suspensões do Pacto de Estabilidade confirmaram-se como uma medida de efeitos muito reduzidos na política orçamental do nosso país, com o Governo PS a optar por se manter amarrado à lógica da redução do défice e da dívida e do adiamento dos investimentos e despesa

pública que o país necessita para se desenvolver, com graves consequências para a nossa soberania e independência, bem como para a qualidade dos serviços públicos e funções sociais do Estado, contribuindo ainda para a desvalorização dos trabalhadores.

Com os impactos da pandemia da Covid-19, as sanções e a guerra aumentaram as desigualdades e assimetrias de desenvolvimento na UE, cresceu a concentração e centralização de capital, aumentou a exploração e o retrocesso social.

É neste quadro que a UE, apresentada como a região mais desenvolvida do mundo, se confirmou como instrumento para o retrocesso, com mais de 11 milhões de desempregados e a pobreza e exclusão social a afectar mais de um em cada cinco cidadãos dos 27 países que a compõem (95,3 milhões de pessoas em 2022).

A ruptura com as imposições e constrangimentos da União Europeia e a luta em defesa da soberania e independência nacionais são elementos centrais da construção de uma Europa dos trabalhadores e dos povos, que tenha no seu centro a valorização do trabalho e dos trabalhadores.

Foi, também, com esse objectivo que a CGTP-IN desenvolveu a acção de permanente afirmação da necessidade e urgência de se travar a continuação e escalar da guerra, construindo e promovendo a paz.

É de realçar a grande **Manifestação Nacional da CGTP-IN, realizada no Porto no dia 8 de Maio de 2021**, em defesa dos direitos dos trabalhadores e de denúncia das práticas da UE e da submissão do governo PS às mesmas, um momento de grande afirmação por ocasião da chamada cimeira social.

1.2 – No plano político nacional

O mandato que agora termina ficou marcado por um quadro em que deflagrou uma pandemia, subiu de escalada a guerra e as sanções, deu-se uma subida da inflação sem paralelo neste século, houve eleições legislativas, uma dissolução da Assembleia da República, novas eleições com uma maioria absoluta do PS e, mais recentemente, uma nova dissolução da Assembleia da República, com a realização de eleições legislativas antecipadas.

Uma sequência de acontecimentos que obrigou o MSU a uma contínua e persistente acção para impedir a perda de direitos ou deveres e de defesa dos interesses de quem trabalha e trabalhou.

No primeiro trimestre de 2021 ainda eram sentidos os efeitos da COVID. O Governo continuou a optar por não resolver os problemas de fundo, não respondeu aos problemas dos trabalhadores, não combateu o crescimento das desigualdades na repartição da riqueza entre o trabalho e capital e da pobreza, nomeadamente entre os trabalhadores e aquela que continua a afectar as crianças no nosso país.

Apresentou e aprovou iniciativas legislativas que passaram ao lado dos problemas sentidos por quem trabalha e trabalhou, mantendo intocável a apropriação da riqueza pelo grande capital.

Apresentou a “Agenda para o trabalho digno” com alterações na legislação laboral que não previa a revogação da norma da caducidade ou a reintrodução do princípio do tratamento mais favorável, continuava a negar o princípio que cada posto de trabalho permanente tem de ser ocupado por um trabalhador com vínculo efectivo, não contemplava a necessidade de maior regulação dos

horários de trabalho ou tão pouco a redução do tempo de trabalho, apesar de serem enaltecido os avanços na ciência e na tecnologia que permite produzir mais em menos tempo.

No final de 2021, perante o chumbo da Proposta de Orçamento do Estado, o Presidente da República optou por dissolver a Assembleia da República, marcar eleições legislativas antecipadas e inviabilizar novas rondas para apurar consensos e as alterações que o Orçamento de Estado carecia.

O ano de 2022 ficou marcado pela maioria absoluta do PS obtida nas eleições, bem como pelos efeitos da guerra na Ucrânia e das sanções à Rússia, com o aproveitamento do grande capital para aumentar lucros e tirar partido da inflação para intensificar a exploração.

O grande capital acelerou o ritmo de acumulação e centralização da riqueza, enquanto os pensionistas em resultado das baixas pensões e reformas e os trabalhadores devido aos baixos salários perderam poder de compra em virtude do brutal aumento do custo de vida.

O Governo optou por não resolver os problemas de fundo, apresentando iniciativas legislativas que passam ao lado dos problemas sentidos por quem trabalha e trabalhou, mantendo intocável a apropriação da riqueza pelo grande capital. Recusou a fixação de preços máximos nos bens e serviços essenciais, mantendo os lucros e a especulação, recusou medidas na área da habitação, nomeadamente para fazer face ao aumento dos juros, contribuindo a obtenção de resultados recorde pelo sector financeiro.

Na Concertação Social, o Governo, com o patronato e a UGT, fizeram um Acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos, Salários e Competitividade que, na prática, impõe tectos salariais, mantém a caducidade das convenções colectivas e não repõe o princípio do tratamento mais favorável, cerceia o aumento real dos salários e garante chorudos apoios e benefícios fiscais às grandes empresas e ao grande capital. Na mesma linha, o Governo fez um Acordo com a UGT para os trabalhadores do sector público.

Um “acordo” e uma política que manteve, e em alguns casos ampliou, os instrumentos usados pelo capital para tentar impor a intensificação da exploração, desenvolvida num quadro de maioria absoluta onde não raras vezes, e quase sempre que se trata de matéria laboral, o PSD, Chega e IL votaram ao lado do PS.

No ano de 2023, o Governo PS manteve a sua opção política, perante a degradação da situação social, optou pela implementação de medidas caritativas e de carácter pontual, colocando o assistencialismo no centro da sua acção.

Em 2023 o crescimento da economia foi de 1,2%, depois dos 6,7% de 2022, e de um aumento de 4,9% em 2021 que contrariou a quebra de 8,1% de 2020.

Ao nível do emprego, 70% dos empregos criados ao longo do período foram com vínculo precário, mais de 2 em cada 3 assalariados têm um salário base inferior a 1.000€, mantém-se a desregulação dos horários de trabalho. A contratação colectiva continuou em níveis historicamente baixos, devido aos bloqueios patronais.

Durante todo o mandato, o MSU lutou pela concretização da reivindicação do aumento geral e significativo dos salários. Uma reivindicação presente nas milhares de acções e intervenção nas empresas e locais de trabalho, na apresentação de cadernos reivindicativos, na mobilização e esclarecimento dos trabalhadores para a necessidade de intensificar a luta.

Para além das reivindicações para romper com o modelo assente em baixos salários, na precariedade, na desregulação e longo tempo de trabalho, ganhou relevância a exigência de melhoria dos serviços públicos e do SNS (a CGTP-IN realizou uma Campanha em Defesa e pelo Reforço do SNS), da Escola Pública, do direito à habitação, da protecção social, da Justiça, ou do conjunto de bens e serviços que são garante de direitos sociais conquistados por Abril e que são prestados pelo Estado.

Também, o combate às assimetrias regionais e a defesa do Poder Local Democrático, a par de uma política fiscal mais justa que incida sobre os rendimentos do capital e alivie os do trabalho, são parte do novo rumo pelo qual os trabalhadores lutaram ao longo deste período.

De igual modo, a revogação das normas gravosas da legislação laboral, nomeadamente aquelas que fragilizam o direito de contratação colectiva, mas também as que perpetuam os vínculos precários, as que impedem a redução do tempo de trabalho e as que desregulam os horários, continuaram a estar no centro da nossa acção.

Uma luta e acção reivindicativa essencial para fortalecer a unidade, mobilização e o esclarecimento dos trabalhadores, factores que foram e continuarão a ser determinantes na resposta a todas e quaisquer medidas de ataque ao trabalho e os instrumentos mais eficazes que os assalariados têm à sua disposição para avançar nos direitos.

2 – A ACÇÃO SINDICAL E A LUTA DOS TRABALHADORES

O actual mandato iniciou-se no meio de um surto pandémico que teve sérios impactos na vida dos trabalhadores e das famílias, mas também devido aos aproveitamentos do patronato das medidas desequilibradas do governo a seu favor.

Num país marcado por profundas fragilidades na sua estrutura produtiva e cada vez mais dependente do exterior, comprando fora o que cá não produz, sofremos de forma acrescida os efeitos da pandemia.

Velhos problemas são agravados – desemprego, precariedade, leis laborais que não protegem os trabalhadores, baixos salários, pobreza – enquanto o patronato tenta fazer tábua rasa dos direitos e avançar para atropelar direitos e paralisar toda a contratação colectiva e negociação salarial.

Intensificou-se o ataque às condições de trabalho não só no plano da segurança e saúde dos trabalhadores nos locais de trabalho e nas deslocações para os mesmos, mas também nos demais domínios. Foi um ataque alicerçado na campanha ideológica de que, em pandemia, era natural e inevitável a perda de retribuições e de direitos laborais e sociais.

No entanto, os trabalhadores, os seus sindicatos de classe e a CGTP-IN deram uma extraordinária resposta, apesar das muitas dificuldades que encontraram no caminho, nunca aceitaram a suspensão dos direitos sindicais, nunca deixaram de lutar. Demos combate à tentativa de instrumentalização da situação para intensificar a exploração, onde procuraram atacar salários, acelerar ritmos de trabalho, substituir trabalhadores com vínculos permanentes por outros com vínculos precários, fazendo uso dos mecanismos que o Governo lhes colocou à disposição.

A luta foi determinante para garantir avanços, mesmo que limitados e insuficientes, como o pagamento a 100% dos trabalhadores em lay-off e o aumento do SMN e das pensões de reforma, que teriam sido impossíveis se os trabalhadores e o MSU se tivessem confinado às inevitabilidades e não tivessem lutado.

Apesar das limitações, o movimento sindical unitário e os trabalhadores deram uma resposta muito positiva à necessidade de intensificação da acção e luta reivindicativa, considerando a importância e urgência do aumento dos salários, a luta pela garantia e efectivação dos direitos e a necessidade de resposta aos problemas concretos no local de trabalho, às questões sectoriais e às opções do governo do PS no que diz respeito aos trabalhadores.

A realização do 1º de Maio de 2020, jornada de luta gloriosa pelos seus objectivos mas também pela coragem, resistência e persistência que todo o colectivo sindical teve de ter, para contrariar as inúmeras ofensivas a que foi sujeito, assume por isso, um marco histórico na nossa vida democrática e provou que os direitos dos trabalhadores não estavam suspensos.

Durante o ano de 2021, o Governo e patronato continuaram com a campanha ideológica “de ser necessário dar resposta à pandemia” para manter o ataque aos direitos, aos salários, aos horários, à contratação colectiva e à liberdade sindical e apresentar como natural e inevitável a perda de retribuições e direitos laborais e sociais. O objectivo foi sempre o mesmo: aumentar a exploração e o empobrecimento dos trabalhadores enquanto as multinacionais arrecadavam cada vez mais lucros.

Foi um ano marcado pela pandemia e os seus impactos, pelos aproveitamentos do patronato para aumentar a exploração, pelas medidas desequilibradas do governo em seu favor, mas também pela luta e resistência dos trabalhadores.

No final de 2021, perante o chumbo da Proposta de Orçamento do Estado para 2022, o Presidente da República decidiu dissolver a Assembleia da República, forçando à realização de eleições legislativas antecipadas, que se realizaram no dia 30 de Janeiro de 2022, mas que marcaram o último trimestre desse ano.

No ano de 2022, agravaram-se as condições de vida dos trabalhadores, dos jovens, dos reformados e pensionistas, com o aumento do custo de vida, a degradação do seu poder de compra e o ataque aos direitos, enquanto os lucros dos grupos económicos não pararam de aumentar.

As eleições legislativas de 30 de Janeiro aconteceram num contexto marcado pela bipolarização, falsa ideia do voto útil e desinformação, condicionando a campanha eleitoral. Os resultados das eleições, em que os portugueses deram a maioria absoluta ao PS e com a perda de deputados que sempre estão do lado dos trabalhadores e do povo, exigiu a intensificação da acção e luta reivindicativa.

Com essa maioria o PS aumentou a resistência à resolução dos problemas com que os trabalhadores e as suas famílias estão confrontados – os baixos salários, a precariedade, os bloqueios à contratação colectiva, o acentuar das desigualdades, o significativo aumento do custo de vida, a necessidade de reforço dos serviços públicos e das Funções Sociais do Estado.

Os acordos negociados, tanto para o sector privado como para a Administração Pública, foram um engano. Em vez do tão propagandeado aumento, traduziram-se em empobrecimento garantido, benefícios fiscais para as grandes empresas e grupos económicos e aumento das desigualdades.

Num quadro de dificuldades agravadas, os trabalhadores, organizados nos sindicatos de classe da CGTP-IN, responderam à necessidade de intensificação da acção reivindicativa e da luta a partir dos locais de trabalho e empresas, em torno das suas reivindicações concretas, exigindo respostas aos problemas e anseios.

O ano de 2023 continuou marcado por profundas injustiças e desigualdades, pelo acentuar da ofensiva exploradora do patronato e as opções de sucessivos governos, onde se inclui a maioria absoluta do governo PS, que contou com o apoio do PSD, CDS, CH e IL em matérias fundamentais e que têm traçado um rumo de crescentes dificuldades a quem trabalha e trabalhou, não dando resposta às reivindicações centrais dos trabalhadores e às necessidades do País, permitindo a degradação das condições de trabalho e de vida da maioria da população.

Por isso, a reivindicação de aumentos de todos os salários foi uma reivindicação central, absolutamente determinante para garantir e elevar o direito à satisfação das necessidades do dia-a-dia dos trabalhadores e suas famílias e proporcionar uma vida digna. Os aumentos seriam determinantes para combater as desigualdades, para dinamizar o crescimento económico e a sobrevivência das micro e pequenas e médias empresas, promover a criação de emprego e fixar no nosso país aqueles que cá querem viver e trabalhar, mas que os baixos salários e a precariedade impossibilitam.

O patronato, aproveitando as oportunidades e caminhos abertos por sucessivos governos, nomeadamente por via da legislação laboral, manteve e aprofundou o ataque a direitos fundamentais e conquistas históricas dos trabalhadores, como o direito de contratação colectiva.

À boleia da crise do momento, aproveitando todos os pretextos – da pandemia à guerra e sanções, e agora, da inflação – o capital aumenta a acumulação de lucros potenciada pela exploração e especulação, deixando à vista de todos o ultrajante contraste entre as difíceis condições de vida da maioria da população e os imensos lucros de sectores como a grande distribuição, a banca, a energia, entre outros.

Os graves problemas do País e as justas reivindicações dos trabalhadores não encontraram respostas nas opções do Governo, que se manteve amarrado aos constrangimentos da UE e do Euro, e optou por manter intocados os interesses das grandes empresas e grupos económicos. É a falta de respostas que abre a porta a retrocessos e a projectos reaccionários e antidemocráticos promovidos pelo grande capital, que se aproveita dessas mesmas opções, visando a continuação e o agravamento do ataque aos direitos dos trabalhadores.

Mesmo num quadro de complexos obstáculos que se colocaram aos trabalhadores e à sua participação, onde se destacam as enormes dificuldades por via do brutal aumento do custo de vida, mas também a violenta ofensiva contra os trabalhadores e os sindicatos, foi possível mobilizar os trabalhadores, tanto nos processos reivindicativos como na luta convergente, como se percebe pelas muitas lutas realizadas e em curso e pela realização de importantes acções convergentes.

Com a luta dos trabalhadores foi possível defender e conquistar direitos, aumentar salários, reduzir horários de trabalho e combater a sua desregulação, rejeitar bancos de horas e adaptabilidades, combater a precariedade e exigir a aplicação dos direitos da contratação colectiva. Foi com a luta que se resistiu às tentativas de limitação à liberdade sindical e ao direito à greve. Resistência, luta e resultados que é preciso valorizar e divulgar, comprovando, pelos exemplos concretos, que é possível avançar e que vale a pena lutar.

O primeiro semestre de 2024 ficou marcado pela realização de eleições legislativas antecipadas em 10 de Março, que deram a vitória à AD (PSD/CDS/PPM), seguida do PS e cresceram a votação nas forças mais reaccionárias e de extrema-direita com o seu conteúdo antidemocrático, ao serviço do capital, contra os interesses e direitos dos trabalhadores.

Pelas comemorações dos 50 anos da Revolução do 25 Abril, com muitos milhares de trabalhadores em Aveiro e em todo o país que saíram à rua, afirmando Abril e os seus valores, projectando-os no futuro com a sua acção e intervenção. Mulheres, homens, jovens, pensionistas e reformados, todos quiseram afirmar a importância e actualidade dos ideais da Revolução, com a confiança de quem sabe que a defesa e afirmação das suas conquistas, valores e projecto são fundamentais.

Pela realização das comemorações do 1º de Maio, em Aveiro e em mais 34 localidades, 50 anos após o grandioso 1º Maio de 1974, que impulsionou com a força dos trabalhadores a Revolução de Abril e as suas conquistas. Nesta grande jornada nacional de luta, cuja dimensão e participação são de sublinhar, foram muitos os milhares de trabalhadores que em Portugal fizeram ouvir a sua voz e as suas reivindicações, exigindo melhores condições de vida e de trabalho, muitos dos quais exercendo o direito de greve.

E pela preparação e realização do nosso 12º Congresso.

Foi com a acção e a luta reivindicativa nas empresas e locais de trabalho, que foi significativamente intensa, que se alcançaram resultados positivos nas mais diversas áreas laborais.

A intervenção nos locais de trabalho e o desenvolvimento da acção reivindicativa em torno da valorização do trabalho e dos trabalhadores, combinada com a luta nas ruas constituiu a referência central da acção, para encontrar respostas e obter resultados no plano social e laboral.

Num quadro político, económico e social em que a correlação de forças existente potenciava a conquista de mais direitos, a USA e os Sindicatos desenvolveram uma acção diversificada ao longo do mandato que agora termina.

Foi nesse quadro político, económico, social e sindical que a União e os sindicatos desenvolveram a sua actividade, contribuindo para a construção da unidade e mobilização dos trabalhadores no activo, dos reformados e pensionistas, para a luta em defesa dos seus direitos. Durante o mandato em apreciação foram várias as iniciativas desenvolvidas.

Assim:

2020 – Principais iniciativas realizadas:

- 15 Janeiro, Tribuna pública da Inter-Reformados, frente à Segurança Social – Aveiro;
- 14 e 15 Fevereiro, XIV Congresso da CGTP-IN – Seixal;
- 02 a 06 Março, Semana da Igualdade;
- 08 Março, Comemorações do Dia Internacional da Mulher;
- 26 Março, Comemoração do dia nacional da juventude;
- 25 Abril, Comemorações do 46º Aniversário, - Aveiro, Feira, Ovar e São João da Madeira;
- 1º Maio, Comemorações do Dia Internacional do Trabalhador – Aveiro;
- 22 a 26 Junho, Semana Nacional de Luta;
- 26 Junho, 11º Congresso da USA/CGTP-IN – Aveiro;
- 26 Junho, Cordão humano – Aveiro
- 04 Julho, Piquenique Interjovem – Lisboa;
- 26 Setembro, Acção de Luta Nacional – Aveiro;
- 01 Outubro, Comemoração do 50º Aniversário da Central;
- 07 a 11 Dezembro, Semana de Acção e luta em todos os sectores – Aveiro;
- 12 Dezembro, Pinheiro das reivindicações – Aveiro.

2021 – Principais iniciativas realizadas:

- 25 Fevereiro, Jornada de Luta Nacional – Aveiro;
- 08 a 12 Março, Semana da Igualdade;
- 08 Março, Comemorações do Dia Internacional da Mulher;
- 25 Março, Manifestação Nacional da Interjovem – Porto;
- 25 Abril, Comemorações do 47º Aniversário – Aveiro, Feira, Ovar e S. João da Madeira;
- 1º Maio, Comemorações do Dia Internacional do Trabalhador – Aveiro;
- 08 Maio, Manifestação Nacional – Porto;
- 21 Junho a 15 Julho, Jornada de Acção e Luta;
- 27 Junho, Interjovem - Denúncia da situação na cultura – Lisboa;
- 01 Outubro, Comemoração do 51º Aniversário da Central;
- 20 Novembro, Manifestação Nacional – Lisboa.

2022 – Principais iniciativas realizadas:

- 07 a 11 Março, Semana da Igualdade;
- 08 Março, Comemorações do Dia Internacional da Mulher;
- 11 Março, Tribuna Pública - Comissão Igualdade – Santa Maria da Feira;
- 31 Março Manifestação Nacional da Interjovem – Porto;
- 25 Abril, Comemorações do 48º Aniversário – Aveiro, Feira, Ovar e S. João da Madeira;
- 1º Maio, Comemorações do Dia Internacional do Trabalhador – Aveiro;
- 10 Maio, Concentração Reformados – Porto;
- 27 Maio a 07 Julho, Acção de Luta Nacional;
- 27 Maio, Concentração na Assembleia da República;
- 09 Junho, Início campanha Nacional de defesa e reforço do SNS;
- 07 Julho, Manifestação Nacional em Lisboa;
- 15 Setembro a 15 Outubro, Mobilização e Luta;
- 01 Outubro, 52º Aniversário da Central;
- 15 Outubro, Acção Convergente - Manifestação – Porto;
- 25 Novembro, Concentração na Assembleia da República;
- 07 Dezembro, Debate por uma Legislação Laboral com direitos – Marinha Grande;
- 10 a 17 Dezembro, Semana de luta nas empresas e serviços;
- 17 Dezembro, Natal do Patronato e dos Trabalhadores - Aveiro.

2023 – Principais iniciativas realizadas:

- 09 Fevereiro, Dia Nacional de Indignação, Protesto e Luta – Aveiro;
- 08 a 10 Março, Semana da Igualdade;
- 08 Março, Comemorações do Dia Internacional da Mulher;
- 18 Março, Manifestação Nacional – Lisboa;
- 28 Março Manifestação Nacional da Interjovem – Vila Nova de Gaia;
- 25 Abril, Comemorações do 49º Aniversário – Aveiro, Feira, Ovar e São João da Madeira;
- 01º Maio, Comemorações do Dia Internacional do Trabalhador – Aveiro;
- 20 Maio, Marcha pelo Direito à Saúde – Porto;
- 02 Junho, Encontro Sindical sobre Acção Sindical Integrada – Lisboa;
- 28 Junho, Dia Nacional de Luta;
- 16 Setembro, Marcha pela defesa e reforço do SNS – Santa Maria da Feira;
- 01 Outubro, Comemoração do 53º Aniversário da Central;
- 25 Outubro a 11 Novembro, Luta geral pelos salários;
- 11 Novembro, Manifestação pelos salários – Porto;
- 29 Novembro, Concentração na Assembleia da República;
- 16 Dezembro, Pinheiro das reivindicações – Aveiro.

2024 – Algumas iniciativas já realizadas:

- 23 e 24 Fevereiro, XV Congresso da CGTP-IN – Seixal;
- 08 Março, Comemorações do Dia Internacional da Mulher;
- 18 a 22 Março, Semana da Igualdade;
- 27 Março, Manifestação do dia nacional da juventude – Vila Nova de Gaia;
- 25 Abril, Comemorações do 50º Aniversário – Aveiro, Feira, Ovar e São João da Madeira;
- 01º Maio, Comemorações do Dia Internacional do Trabalhador – Aveiro;
- 20 a 27 Junho, Semana de luta;
- 28 Junho, 12º Congresso da União de Aveiro.

Ainda no quadro das actividades desenvolvidas, faz todo o sentido referir o apoio activo e a solidariedade sindical que prestámos a diversos sectores e empresas na luta pelo emprego e por salários. Esta articulação pode e deve ser melhorada, com mais e melhor circulação da informação entre os sindicatos e a União.

Reproduzimos milhares de documentos para distribuição nos locais de trabalho, nos mercados e nas feiras.

Participamos no esclarecimento e mobilização dos trabalhadores nos diversos actos eleitorais procurando introduzir no discurso político os compromissos sociais.

A utilização da página da União como um poderoso meio de informação e de influência do movimento sindical no distrito junto dos trabalhadores e da sociedade, no entanto, para um melhor aproveitamento, é necessário que os sindicatos enviem informação e fotografias das lutas, dos resultados e avanços alcançados, para que esses resultados cheguem e motivem mais trabalhadores.

Nestes quatro anos, apesar das condições difíceis para os trabalhadores e a organização sindical, foi possível, no quadro de uma forte acção reivindicativa e de luta intensa, a partir dos locais de trabalho, alcançar importantes resultados no que se refere à sindicalização, eleição de Delegados Sindicais e de representantes dos trabalhadores para a área da Saúde e Segurança no Trabalho.

Tratando-se, ainda, de dados parciais, não abarcando a totalidade dos Sindicatos do universo do MSU e contabilizados apenas até 31/03/2024, conseguiram-se **6.035 novas sindicalizações** nos diversos Sindicatos, foram eleitos **491 Delegados Sindicais** e **67 representantes** dos trabalhadores para a área da Saúde e Segurança no Trabalho.

3 – O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E O CUMPRIMENTO DO MANDATO

Na vertente da democracia interna e do funcionamento regular e democrático dos órgãos é de assinalar a continuação da grande atenção e respeito que nos mereceram durante o mandato.

Com efeito, foram realizados **9 Plenários de Sindicatos**; **15 reuniões da Direcção Distrital**, sendo certo que os membros da Direcção foram também convocados para todos os Plenários de Sindicatos e **71 reuniões da Comissão Executiva**.

O Secretariado a quem cabe zelar pela gestão administrativa e financeira da União, assumiu na plenitude as funções que lhe estão confiadas, nesse sentido, deve ser valorizada a assinatura de novo protocolo da casa sindical de Aveiro, que conta com mais sindicatos.

Também a Comissão de Fiscalização da actividade e das contas da União, foi sempre convocada para exercer as funções que os Estatutos lhe atribuem.

4 – CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÕES FINAIS

O mandato que agora termina, como já desenvolvemos, foi condicionado por vários acontecimentos, com destaque para os dois anos de pandemia e as consequências negativas para os trabalhadores e o povo, por várias dissoluções da Assembleia da República e correspondentes eleições legislativas antecipadas, **mas a marca essencial foram as comemorações do cinquentenário da CGTP, do cinquentenário do 25 de Abril e do primeiro 1º Maio em liberdade.**

Os órgãos da União cumpriram com empenho e eficácia as funções que lhes foram atribuídas, muito contribuindo o apoio de todos aqueles que participaram nas actividades da União.

Do ponto de vista teórico, é sempre possível afirmar a possibilidade de se fazer mais e melhor trabalho. No entanto, no quadro da realidade concreta em que desenvolvemos a nossa actividade e das possibilidades e meios de que dispomos, a Direcção Distrital considera que o balanço geral do trabalho realizado durante o mandato que agora termina, como se comprova pela síntese aqui exposta, é do ponto de vista qualitativo e quantitativo muito positivo.

A Direcção Distrital considera, também, que tal conclusão, não excluiu a constatação simultânea, de que as dificuldades com as quais somos confrontados não resultam apenas da situação que nos é imposta, mas igualmente de deficiências próprias do nosso trabalho que importa ultrapassar e corrigir.

A acção desenvolvida pela União comprovou a validade e perenidade do sindicalismo assente na solidez dos princípios de Unidade, Democracia, Independência, Solidariedade, de Massas e de Classe que preconizamos, reforçou a sua implantação no seio dos trabalhadores e consolidou o seu prestígio na sociedade.

No termo do seu mandato, a Direcção está convicta de que a intervenção global de toda a sua estrutura foi um factor determinante na defesa dos direitos dos trabalhadores do distrito, um elemento fundamental para combater a política de exploração e empobrecimento e um contributo valioso e decisivo para o progresso do distrito e do país, num quadro em que a situação política nos convoca a todos para concretizar a esperança e lutar pela mudança necessária, rompendo com a política de direita e abrir caminho para uma nova política de Esquerda e Soberana.

Compete agora ao Congresso, analisar as virtudes e defeitos do nosso trabalho colectivo e decidir das orientações e medidas que o reforce e melhore.

Aveiro, 28 de Junho de 2024
A Direcção Distrital

Aprovado por unanimidade